

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 25 de fevereiro de 2019 às 08h08
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Patentes

Luta por pesquisas científicas	3
BRASIL	

Blog Leis e Negócios - Portal IG | BR

23 de fevereiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

Comissão De Propriedade Industrial e Pirataria da OAB-RJ lança o livro sobre o tema	5
-------------------------------------------------------------------------------------------	---

Luta por pesquisas científicas

BRASIL



Arquivo pessoal

Cientistas brasileiros desenvolvem pesquisas em áreas de medicina, agricultura e anticongelantes, por exemplo

Mesmo com hiato de três anos sem verbas destinadas ao Programa Antártico Brasileiro, cientistas buscam continuar a produção no continente que corresponde a 10% do planeta e afastar o risco de perder a posição no topo do ranking das nações pesquisadoras da América Latina

» MURILO FAGUNDES*

Membro consultivo no grupo seletivo de 29 países que definem o futuro da Antártica, o Brasil passou por dificuldades orçamentárias que quase fizeram pesquisadores brasileiros interromperem seus estudos científicos no local. Isso porque, nos últimos três anos, não foi aberto o edital que repassaria o dinheiro aos especialistas do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Mas, mesmo com esse hiato, cientistas buscam continuar a produção no continente que corresponde a 10% do planeta. Não é para menos: a Antártica agrega as maiores reservas de água-doce, de gás natural e de petróleo do mundo. E, se as pesquisas brasileiras pararem, o país perde o direito de decidir o destino desse patrimônio. Mais que isso: perde a chance de formular medicamentos, desenvolver novos pesticidas e fabricar produtos como protetores

solares.

Após a destruição da Estação Antártica Comandante Ferraz -- decisiva para a formação de centenas de cientistas brasileiros -- num incêndio em 2012, a instalação está sendo reconstruída e deve ser inaugurada em março. A abertura desse centro de pesquisas -- com área de 4,5 mil m², quase o dobro da anterior, com mais de 10 laboratórios e capacidade para, em média, 60 pessoas -- é um dos fatores que têm dado novo impulso às pesquisas científicas. Custeada pelo Ministério da Defesa, a obra nunca foi problema: entre o ano do incêndio e 2017, cerca de R\$ 249 milhões foram aplicados e mais R\$ 100 milhões devem ser investidos nos próximos anos.

O que preocupa os pesquisadores é justamente o baixo e inconstante investimento direcionado à produção científica, que é papel do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Em 2013, o governo da então presidente Dilma Rousseff lançou um edital de R\$ 19 milhões para custear as pesquisas científicas no continente. O dinheiro, como é de praxe, dura três anos, isto é, acabaria em 2015 e implicaria nova chamada de edital prevista para 2016. O problema é que, diferentemente do que os cientistas esperavam, a liberação de verba não ocorreu. E o triênio 2016-2018 ficou sem recursos.

Na avaliação do pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Câmara, que costuma representar a universidade anualmente na Operação Antártica, esse desfalque prejudicou a produção científica, que, segundo ele, faz o país correr o risco de perder a posição no topo do ranking das nações pesquisadoras da América Latina. "Com a crise e a não abertura do edital, o Brasil está perdendo a posição especialmente para o Chile, que tem investido fortemente em pesquisa antártica. Manter esse status é importante para que os cientistas brasileiros sejam mais requisitados, ganhem intercâmbio de tec-

Continuação: Luta por pesquisas científicas

nologia, publiquem **patentes** conjuntas e explorem novas áreas", avalia.

Investimento

Autor de estudo sobre o tema, o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Israel de Oliveira Andrade afirma que os recursos precisam ser direcionados de forma contínua à ciência antártica para, dessa maneira, promover a inserção do país no cenário internacional e desenvolver pesquisas de alta qualidade. "Percebemos que houve um investimento grande para construção de estação e compra de navios, mas temos de manter a regularidade das pesquisas por meio de editais. Temos cientistas muitíssimo qualificados que estão desenvolvendo pesquisas de alta qualidade com rebatimento no mundo real, em áreas de medicina, agricultura, anticongelantes", explica.

O levantamento produzido por Israel e pela equipe do Ipea, intitulado O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do Proantar no en-

torno estratégico brasileiro, mostra que o país investiu quase R\$ 500 milhões na Antártica em 10 anos, de 2008 a 2017, e indica que os recursos aplicados no programa foram possíveis devido a parcerias com várias instituições brasileiras, como é o caso da Marinha e da Força Aérea.

Em nota, o MCTIC afirmou que, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou edital no valor de R\$ 18,028 milhões para pesquisas do Proantar no fim do ano passado. Do valor total do edital, R\$ 7,1 milhões foram do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 3,704 milhões, do orçamento do MCTIC. O CNPq destinou R\$ 1,5 milhão para o edital, enquanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) aportou R\$ 5,724 milhões. O montante deve valer para a produção científica pelos próximos três anos.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

Comissão De Propriedade Industrial e Pirataria da OAB-RJ lança o livro sobre o tema

O livro Propriedade Intelectual - Reflexões Contemporâneas será lançado no Rio de Janeiro no dia 26 de fevereiro, às 18h, no Centro Cultural da Justiça Federal. A obra reúne artigos sobre temas relevantes e contemporâneos debatidos pela Comissão de Propriedade Industrial e Pirataria da OAB/RJ ao longo do mandato 2016 - 2018.

O livro aborda os inúmeros avanços tecnológicos que desafiam o direito, criando novas áreas de estudo e de atuação nesse setor. Composto por dez capítulos, o livro contempla temas importantes como Marketing de Emboscada; Resignificação da Posição Processual do **INPI** nas Ações de Nulidade; A Propriedade Industrial no Novo Processo Civil; A Propriedade Comparativa no Direito Brasileiro; Direito de Precedência de Marcas; Bloqueio Judicial de Websites; As Marcas e o Avanço do Paradigma Digital; Patentes Essenciais; Monopólio de Patentes Relacionadas à Tecnologia Internet das Coisas e Big Data e os Limites da Privacidade.

"O livro traz reflexões sobre temas atuais e muito interessantes, não apenas para os profissionais que atuam na área de propriedade intelectual, mas também para a sociedade de maneira geral, pois aborda assuntos que impactam nas suas vidas", explica Paulo Parente Marques Mendes, presidente da Comissão (2016-2018) e sócio do escritório Di Blasi, Parente & Associados, um dos organizadores do livro, em parceria com os advogados Valdir de Oliveira Rocha Filho e Marcelo Mazzola - também membros da Comissão de Propriedade Industrial e Pirataria da OAB/RJ.

A Propriedade Intelectual, um dos necessários degraus para o progresso tecnológico e econômico, somada ao constante combate à Pirataria, evita prejuízos que vão além da ordem econômica, ameaçando também a saúde e segurança da população. A ideia é que o livro chegue a todas as esferas do direito, levando conhecimento e conteúdo atualizado para pesquisas e decisões administrativas e judiciais.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Marco regulatório | INPI

5